



EMBAIXADA DE ANGOLA
LISBOA-PORTUGAL
SERVIÇOS DE IMPRENSA

RESENHA DE IMPRENSA
ANGOLANA

22 de Junho 2021

TERÇA-FEIRA, 22 DE JUNHO 2021

Parlamento aprova primeira Revisão Constitucional do País

Luanda - A Assembleia Nacional (AN) aprovou, esta quarta-feira, a primeira revisão ordinária parcial da Constituição da República de Angola, 11 anos após a sua entrada em vigor. O texto, aprovado com uma maioria qualificada de dois terços (2/3), obteve (152) votos a favor, nenhum contra e 56 abstenções.

A votação final global do diploma ocorreu durante uma reunião plenária ordinária da AN, orientada pelo seu líder, Fernando da Piedade Dias dos Santos, e resulta de uma Proposta de Revisão Pontual da Constituição, de iniciativa do Presidente da República, João Lourenço.

A Proposta elimina as dificuldades de interpretação que havia sobre o tema da fiscalização do Executivo pelo Parlamento e assegura o exercício de voto aos cidadãos angolanos residentes no exterior.

Retira também da Constituição da República o gradualismo na implementação das autarquias, uma das principais divergências entre o Governo e a oposição.

As alterações aprovadas abrangem igualmente a estrutura de posicionamento institucional de órgãos como o Banco Nacional de Angola (BNA), que passa a ter um outro estatuto constitucional e uma designação diferente do seu governador. Com esta revisão parcial, a Constituição da República de Angola, aprovada em 2010, passa de 244 para 249 artigos.

Foram alterados 44 artigos da Constituição de 2010, incluídos sete novos artigos e revogados dois números de dois

artigos, uma alínea de um artigo e dois artigos completos. O deputado Vigílio Tyova, relator da Comissão dos Assuntos Jurídicos e Constitucionais, lembrou que, na revisão, foram auscultadas organizações e instituições públicas e privadas, grupos parlamentares, além de pessoas singulares que apresentaram contribuições, sugestões e propostas de forma oral e escrita.

A Lei Magna atribui ao Presidente da República e a um terço (1/3) dos 220 deputados da Assembleia Nacional em efectividade de funções a iniciativa de revisão constitucional.

(ANGOP)++++

Presidente Angolano aborda cooperação com PM de Cabo Verde

Luanda - O Chefe de Estado angolano, João Lourenço, abordou, segunda-feira (21), com o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Ulisses Correia e Silva, assuntos de interesse bilateral.

O encontro ocorreu durante uma escala técnica na Ilha do Sal, a caminho de Nova Iorque (EUA), onde João Lourenço vai participar na sessão especial do Conselho de Segurança da ONU sobre a República Centro Africana. Segundo a página oficial da Presidência da República, durante o encontro, estiveram no centro do diálogo as históricas relações entre os dois países irmãos.

Angola e Cabo Verde, ex-colónias portuguesas, possuem fortes laços de cooperação desde os primeiros anos da independência e integram os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Entre vários protocolos assinados pelos dois Estados, destacam-se os acordos de isenção de vistos, de cooperação técnica em distintos domínios, como os da educação, defesa, petróleo, diplomacia, agricultura, transportes, finanças e administração, entre outros que animam as relações bilaterais.

(ANGOP)++++

Parlamento com papel mais interventivo nas relações UE-ACP

Luanda - Os parlamentos nacionais terão um papel mais interventivo no desenvolvimento das relações, entre a União Europeia e África, Caraíbas e Pacífico (ACP), no quadro do Acordo pós-Cotonou, rubricado em Abril último.

A informação foi avançada, esta segunda-feira, pelo vice-presidente do Grupo Nacional de Acompanhamento ACP-UE do parlamento angolano, Justino Pinto de Andrade, no final da Conferência Inter-parlamentar sobre o "Papel dos Parlamentos no aprofundamento da relação UE-África".

A reunião, realizada por video-conferência, a partir de Lisboa (Portugal), contou com a participação do Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos. Segundo o deputado Justino Pinto de Andrade, os parlamentos vão ter uma intervenção mais profunda no modo de trabalhar e contribuir para o desenvolvimento das grandes regiões ACP e UE.

"Pela primeira vez vamos ter os parlamentos a contribuir e a participar neste processo de desenvolvimento, entre a ACP e a UE", assinalou. Lembrou que, no passado, este trabalho era remetido somente aos governos, mas, "com o envolvimento dos parlamentos, haverá uma maior representatividade das populações, porque os parlamentos são órgãos plurais, em que se garante a diversidade de ideias".

Fez saber que o Governo português está a liderar este processo, em termos de preparação do novo quadro de cooperação, entre os países da ACP e da UE.

O Acordo pós-Cotonou, rubricado a 15 de Abril último, constitui o novo quadro jurídico para as relações da União Europeia (EU), com os 79 países da Organização de Países da África, Caraíbas e Pacífico (OEACP), contemplando domínios prioritários, como a democracia e os direitos humanos, o desenvolvimento e crescimento económico sustentável e as alterações climáticas.

Contempla ainda o desenvolvimento humano e social, a paz e a segurança, a migração e a mobilidade. O papel dos parlamentos

nacionais de cada Estado membro da UE e dos países do grupo ACP está previsto no Acordo de Cotonou, ainda em vigor, e visa reforçar o processo de integração regional e fomentar a cooperação entre os vários parlamentos.

Os participantes consideram essencial continuar a promover a relação entre a União Europeia e a África, enquanto parceiros económicos e sociais, numa base de igualdade e assente em valores de união e solidariedade.

Entendem também ser essencial intensificar a cooperação entre os dois blocos, em áreas chave, como a transição ecológica, o acesso à energia, transformação digital, desenvolvimento sustentável, emprego e, numa perspectiva de curto prazo, o acesso do continente africano às vacinas da Covid-19.

Na ocasião, o presidente da Assembleia da República portuguesa, Ferro Rodrigues, saudou os homólogos dos parlamentos da África lusófona, para quem as temáticas desta conferência poderão ser alicerçadas na 10ª Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a realizar-se em Julho deste ano, em Bissau.

As relações entre a União Europeia e África são regidas não apenas pelo Acordo de Cotonou, mas pela primeira Estratégia Conjunta, aprovada na segunda Cimeira UE-África, realizada em Dezembro de 2007.

Desde a aprovação da referida Estratégia, a União Europeia e o continente africano enfrentam vários desafios, como as alterações climáticas, transformação digital, desigualdades, pressões demográficas e governação global, que justificam o estabelecimento de novas prioridades para uma nova parceria.

Portugal assume, até 30 de Junho, a presidência rotativa do Conselho da União Europeia, instituição que representa os governos dos países da UE. Sucede a Alemanha e precede a Eslovénia, países com os quais integra o trio de presidências da UE. A conferência, realizada hoje, foi organizada pela Assembleia da República de Portugal. (ANGOP)++++

Angola sobe sete posições no índice global de paz

Luanda - Angola subiu sete lugares na edição deste ano do Índice Global de Paz, ao alcançar dois mil e dezassete (2.017) pontos, o que a coloca na posição 80, num universo de 163 países. De acordo com a edição desta terça-feira do Jornal de Angola, que cita o Instituto para a Paz e Economia, autor do documento que classifica os "países seguros", Angola figura na categoria "Amarela".

Essa categoria é terceira, entre o "Muito Alto", "Alto", "Baixo", "Muito Baixo" e "Sem Classificação". Entre os países de língua portuguesa, Angola é o segundo melhor classificado, depois de Portugal, quarto colocado, com mil e duzentos e sessenta e sete (1.267) pontos, mas com uma queda de duas posições em relação ao ano passado. A pontuação para a classificação é feita de forma decrescente.

O Brasil mantém a posição 128 do índice passado, superado por Moçambique, na posição 103. Na África sub-sahariana, Angola ocupa a 15ª posição, entre 44 países, numa escala liderada pelas Ilhas Maurícias.

De acordo com a classificação, Angola supera potências como a Rússia, na posição 154, os Estados Unidos da América (122) e a China (100). Desde o ano passado, o líder da classificação é a Islândia e o último é o Afeganistão.

O GPI (sigla inglesa) de 2021 concluiu que o mundo tornou-se menos pacífico pela nona vez, nos últimos 13 anos, com o nível médio de paz a deteriorar-se 0,07 por cento, no ano passado. No total, de acordo com a publicação, a paz melhorou em 87 países e piorou em 73, facto que representa uma inversão, na medida em que as quedas superam, geralmente, as melhorias. (ANGOP)++++

Ministra de Estado quer representatividade Africana na Bienal de Luanda

Luanda - A ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, destacou, nesta segunda-feira, a necessidade de uma maior representatividade africana na Bienal de Luanda-Fórum

Pan-Africano para a Cultura de Paz, a ter lugar, na capital angolana, em Outubro do ano em curso. Conforme a ministra, que falava na sessão da primeira reunião da Comissão Multisectorial da Bienal de Luanda-Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz, por constituir um espaço de reafirmação do compromisso para com a conquista e manutenção da paz e dos seus ideais, é necessária uma advocacia forte para trazer ao país o maior número de personalidades africanas.

Carolina Cerqueira fez menção ao facto de o certame servir como oportunidade para se reforçar os laços de amizade, irmandade entre os povos e alicerçar o diálogo pela paz, bem como a convivência sã.

A Bienal de Luanda, na óptica de Carolina Cerqueira, deve se tornar na bandeira de Angola para mostrar e reafirmar o seu forte engajamento na conquista e manutenção da paz ao nível dos países africanos.

Para o ministro da Cultura, Turismo e Ambiente, Jomo Fortunato, que falou à imprensa, trata-se de uma oportunidade para se promover uma reflexão sobre a prevenção de conflitos, a educação da juventude, a empregabilidade.

Jomo Fortunato considera essencial se reflectir sobre o passado histórico africano e a história geral de África, razão pela qual olha para o evento em si como uma "soberana" oportunidade para se promover o património e as artes africanas, em geral, e particularmente a angolana.

Já o coordenador nacional, Sita José, informou que a comissão organizadora tudo está a fazer chegar até ao mês de Outubro com o programa fechado e as condições necessárias para juntar as diversas personalidades para uma abordagem sobre o continente africano.

Por seu turno, o coordenador internacional, Enzo Fazzino, manifestou total disponibilidade da Unesco para o alcance dos objectivos preconizados com a realização do evento. Enzo Fazzino avançou que a UNESCO está a desenvolver acções para a participação da União Africana ao mais alto nível no evento, como

forma de realçar o compromisso para com a promoção da paz, da unidade e da coesão social. Numa co-organização do Governo angolano, Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (UNESCO) e a União Africana (UA), o evento pretende envolver os países africanos numa corrente destinada à promoção de uma cultura de paz.

Com a Bienal de Luanda, se pretende promover também a harmonia e irmandade entre os povos através de actividades e manifestações culturais e cívicas, com a integração das elites africanas e representantes da sociedade civil, autoridades tradicionais e religiosas, assim como intelectuais, artistas e desportistas.

Em cinco dias de actividades, Luanda será transformada num espaço de intercâmbio e de promoção da cultura africana, envolvendo individualidades ligadas às artes, política, sociedade, entre outros.

A bienal visa ainda a criação de um movimento africano que, possa disseminar a importância da cultura de paz, tendo em conta o desenvolvimento e afirmação dos países africanos em vários domínios, particularmente na defesa dos direitos humanos e das minorias, assim como o combate à corrupção. (ANGOP)++++

Nova operadora móvel começa a funcionar em dezembro

Luanda - A Africell, quarta operadora de telefonia móvel de Angola, tem todas as condições criadas para iniciar operações a partir de Dezembro deste ano, informou, nesta segunda-feira, o presidente da empresa, Christopher Lundh.

A informação foi prestada no final de uma audiência que o Presidente da República, João Lourenço, concedeu à embaixadora dos Estados Unidos da América (EUA) em Angola, Nina Maria Fite, e à delegação da Africell Global Holding Ltd.

O CEO da Africell disse à imprensa que as obras do centro de operações da operadora serão concluídas nas próximas semanas. Trata-se de um investimento de cerca de 300 milhões de dólares que asseguram, numa primeira fase, 400 empregos

directos e 100 indirectos. O ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Manuel Homem, presente na audiência, augurou que a entrada da Africell, no mercado, venha criar equilíbrio na oferta e melhoria dos serviços de telefonia no país.

Adiantou que o encontro clarificou os objectivos traçados para a quarta operadora, correspondentes ao Plano Nacional de Desenvolvimento, em implementação. Manuel Homem disse que o órgão regulador está a criar condições para que a Africell comece a operar em Luanda, mas que se possa estender, gradualmente, a todo o país, partindo dos maiores centros urbanos.

Por seu turno, a embaixadora Nina Maria Fite disse que a Africell é um exemplo de como as companhias dos Estados Unidos da América investem em Angola em sectores diferentes do petrolífero. "As companhias americanas trazem tecnologia, trabalho e capacitam nacionais para o mercado do emprego", salientou a diplomata.

O Instituto Angolano das Comunicações (INACOM) e a Africell assinaram, em Fevereiro deste ano, um Contrato de Concessão para Prestação de Serviços de Comunicações Electrónicas, licenciando esta operadora com o Título Global Unificado (TGU).

O contrato habilita a Africell a vender produtos de comunicações electrónicas e a prestar serviços tradicionais e financeiros, por via do telemóvel (Mobile Money), em todo o espaço geográfico da República de Angola.

Com esse 4º operador, o Executivo espera a melhoria da concorrência no sector, com mais inovação tecnológica e qualidade de produtos e serviços, assim como melhores preços, em benefício dos cidadãos e da economia nacional.

Em 2017, foram concedidas as três primeiras licenças de Título Global Unificado às empresas Angola Telecom, Movitel e Unitel, após realização de um Leilão de Frequências. (ANGOP)++++

Sonangol lança concurso para refinaria do Lobito

Luanda - A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) lança, a 9 de Julho próximo, um concurso público para a selecção de entidades que vão compor a estrutura societária da empresa proprietária da Refinaria do Lobito e dos financiadores do projecto, soube a Angop de fonte da petrolífera.

No acto, a decorrer em Benguela de forma presencial, serão apresentados os resultados dos estudos preliminares de viabilidade económica e da capacidade de processamento, considerada essencial para a construção da Refinaria do Lobito, numa ou em várias fases.

A ideia, de acordo com uma nota da Sonangol, é alcançar, preferencialmente, 200 mil barris de óleo por dia. A petrolífera nacional acrescenta que vai expor os requisitos e os principais termos de referência para a participação no concurso público, bem como o cronograma a ele associado. (ANGOP)++++

JORNAL DE ANGOLA *On Line*

TERÇA-FEIRA, 22 DE JUNHO 2021

Ministros preparam cimeira extraordinária da SADC

O secretário de Estado do Interior, José Bamoquina Zau, chefia a delegação angolana que participa, hoje, em Maputo, na reunião do Conselho de Ministros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que prepara a Cimeira Extraordinária de Chefes e de Governo da

organização regional, que tem lugar amanhã, na capital moçambicana.

O encontro, tal como a Cimeira, decorre no Centro de Conferências Joaquim Chissano, e vai ser orientado por Verónica Macamo, ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique e presidente em exercício do Conselho de Ministros da SADC.

Os ministros devem avaliar o grau de implementação das decisões do Conselho e da Cimeira, bem como fazer um informe sobre a situação da pandemia da Covid-19. Por esta razão, a delegação angolana é integrada pelo secretário de Estado para a Saúde Pública, Franco Mu-finda, que, tal como Bamoquina Zau, chegou a Maputo na noite de domingo.

Consta ainda na agenda da reunião do Conselho de Ministros da SADC a discussão sobre o programa de implementação do Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional (RISDP) 2020-2030, assim como a análise dos progressos registados no âmbito da Operacionalização do Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da organização regional.

A avaliação da operacionalização do Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC e um informe sobre o processo de recrutamento do secretário executivo e do secretário executivo adjunto para a Integração Regional são outros pontos da agenda.

Os ministros devem, ainda, analisar as implicações financeiras da proposta de criação do Comité de Tecnologias de Informação e Comunicação da SADC, a situação da segurança alimentar e da precipitação durante a campanha agrícola de 2020/21, bem como os progressos no combate ao VIH/Sida na região.

A reunião do Conselho de Ministros vai decidir se aqueles e outros pontos constantes na agenda passam para a apreciação dos Chefes de Estado e de Governo da SADC. Na Cimeira, o Presidente João Lourenço vai ser representado pelo ministro do

Interior, Eugénio Laborinho, que é aguardado na tarde de hoje em Maputo. O Chefe de Estado angolano, que participaria na cúpula da SADC, teve de se deslocar a Nova Iorque, onde participa, amanhã, numa reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a situação na República Centro-Africana (RCA).

A anteceder a reunião ministerial da SADC, esteve, ontem, reunido o Comité Permanente dos Altos Funcionários da região, sob presidência do embaixador Carlos Manuel da Costa, director da Direcção para a Integração Regional e Continental do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique.

Na reunião, a delegação angolana foi chefiada pelo director da Direcção África, Médio Oriente e Organizações Regionais do Ministério das Relações Exteriores (MI-REX), Miguel Domingos Bembe. A comitiva foi integrada pela embaixadora de Angola no Botswana, Beatriz Morais, e por altos funcionários do Mirex e do Ministério do Interior.

O lema da reunião dos Chefes de Estado e de Governo da SADC é "40 anos construindo a Paz e a segurança e promovendo o desenvolvimento e a resiliência face aos desafios globais".

Com efeito, a Cimeira ficará marcada com a comemoração do 40º aniversário da SADC, tendo em conta que a organização sucedeu à Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), fundada a 1 de Abril de 1980.

A 17 de Agosto de 1992, na Cimeira de Windhoek, a SADCC deu lugar à SADC, tendo como objectivos principais a promoção do crescimento e desenvolvimento económico sustentável, diminuição da pobreza, aumento da qualidade de vida da população, paz e segurança, reforço e consolidação das afinidades culturais, históricas e sociais da região.

Fazem parte da SADC Angola, África do Sul, Botswana (onde está a sede), Comores, República Democrática do Congo, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia,

eSwatini (ex-Swazilândia), Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe e Seicheles. (JA)++++

Defendida parceria assente na união e na solidariedade

A Conferência Interparlamentar União Europeia e África considera imperiosa a promoção de relações entre a organização europeia e o continente berço, baseadas numa relação igualitária assente em valores de união e solidariedade.

O posicionamento consta das conclusões da conferência virtual que abordou o papel do Parlamento no aprofundamento da relação União Europeia - África, que contou com a presença do presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

No final da conferência, o deputado do MPLA, Vicente Pinto de Andrade, esclareceu que "o que se pretende a partir de agora, no quadro do Acordo pós-Cotonou é uma parceria a sério entre as duas partes, a União Europeia e a África, Caraíbas e o Pacífico".

"Há uma alteração profunda no modo de trabalhar e contribuir para o desenvolvimento das duas grandes regiões, que é a questão da integração dos parlamentos", sublinhou. Segundo o deputado, pela primeira vez, os parlamentos vão participar no processo, um trabalho outrora remetido aos governos.

"Com o envolvimento dos parlamentos há uma maior representatividade das populações e até das perspectivas que cada país tem", disse. No final do encontro, os participantes defenderam a intensificação da cooperação entre estes dois blocos.

Consideram imperioso intensificar as relações entre a União Europeia e a África, atendendo a proximidade entre continentes e os interesses comuns partilhados. Reconheceram também que o desenvolvimento e o aprofundamento das relações entre a União Europeia e a África constitui uma das prioridades da União

Europeia.

Mo Ibrahim

Na ocasião, o empresário Mohamed Mo Ibrahim defendeu que o continente africano deve produzir as suas próprias vacinas. "É inaceitável que 1,2 mil milhões de pessoas fiquem à espera da amabilidade, isto não é realista", disse.

Mo Ibrahim lamentou, ainda, o facto de 98 por cento dos medicamentos em África serem importados. "É possível importar 98 por cento destes bens tão estratégicos?", questionou. O empresário defendeu a adopção de um modelo de desenvolvimento mais resiliente e diversificado e uma aposta em áreas específicas, como a digital.

"É necessário investimentos que criem emprego em África, tendo em conta a juventude, a força fundamental do continente", sublinhou. No seu entender, "se os jovens não tiverem um emprego vão acabar em gangues criminosas ou então embarcar para o Mediterrâneo, algo que não queremos". "Precisamos ser sérios nas nossas palavras de ordem", concluiu. (JA)+++

CISP ajuda a combater criminalidade no Huambo

O terceiro Centro Integrado de Segurança Pública instalado no país(CISP), foi inaugurado, ontem, na cidade do Huambo, pelo ministro do Interior, Eugénio Laborinho. A infra-estrutura, visa o controlo de casos de acidente rodoviários e o combate à criminalidade na região.

Na cerimónia, Eugénio Laborinho disse que o empreendimento vai servir para auxiliar o sistema de segurança, realçando, que a evolução tecnológica tem que abarcar todos os sectores da vida nacional, incluindo o da segurança pública, onde a exigência na prevenção, investigação e esclarecimento de informações penais são as que mais impõem celeridade e rigor.

O ministro explicou que o Centro Integrado de Segurança Pública é um serviço tecnológico que, na era da modernidade, preenche uma lacuna que os organismos de Defesa

e Segurança se debatiam, essencialmente, nos casos em que os autores de um crime tinham de recorrer a meios electrónicos em zonas sem presença policial.

" O CISP não substitui o policiamento tradicional, mas, melhora a capacidade de actuação e gestão destas actividades, através do suporte e os meios tecnológicos à sua disposição. O testemunho inaugural deste serviço, simboliza a nova Angola, que não quer ficar atrás, naquilo que diz respeito à evolução tecnológica," afirmou.

Eugénio Laborinho disse que, anteriormente, as forças de Defesa e Segurança não actuavam de forma integrada em acidentes, crimes e entre outros incidentes, pois várias actividades eram efectuadas com alguma dificuldade, principalmente na gestão de informação, ao contrário do que poderá ser feito agora em diante.

Segundo o governante, os registos na província do Huambo, apontam para a ocorrência de dez crimes por dia. Apesar de não ser um quadro crítico, têm merecido atenção dos órgãos de segurança pública, "e agora com o funcionamento do CISP, augura-se a redução desta cifra".

Apelou à população para utilizar "de forma racional" o número de chamadas de emergência 111 da Polícia, alertando que é uma plataforma preparada para identificar, localizar e bloquear os que o utilizam para fins indecorosos. Segundo o ministro, só na fase da inauguração do CISP-Huambo, em média foram registadas mil chamadas telefónicas de emergência, das quais, mais de 95 por cento não eram de interesse policial ou de emergência.

Construída numa área de 1.535.68 metros quadrados, a infra-estrutura está equipada com meios electrónicos, tecnologia de ponta, 36 câmaras de vigilância, dois pontos de checagem (checkpoints), dois veículos especiais equipados, quatro esquadras móveis e terá em breve mais oito esquadras.

É assegurado por 167 efectivos, divididos em diferentes áreas , concretamente, Atendimento, Videovigilância, Delta Center, Análise de dados, entre outros.

Emissão dos passaportes

Durante a estadia no Huambo, o ministro anunciou a construção na província de um centro que vai permitir a emissão de passaportes electrónicos a nível da região Centro e Sul do país.

A iniciativa, disse, é deixar de se emitir somente o passaporte na capital do país, pois são estratégias gizadas para a descentralização dos serviços do Ministério do Interior.

Anunciou, igualmente, a construção de infra-estruturas para as delegações municipais, comandos municipais, Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, "para acomodar adequadamente as forças da ordem e prestar-se um serviço mais eficiente e dar resposta às comunidades". (JA)++++

Luísa Damião enaltece Kaunda

A vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, rendeu, ontem, em Luanda, homenagem ao primeiro Presidente e fundador da República da Zâmbia, Kenneth Kaunda, falecido a 17 deste mês, vítima de doença.

Em declarações à imprensa, na Embaixada da Zâmbia em Angola, onde está aberto um livro de condolências, Luísa Damião sublinhou que Kenneth Kaunda deixa um brilhante legado, que vai inspirar as novas gerações."A morte do primeiro Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, deixa um grande vazio em África, pois contribuiu para a conquista da paz na nossa região", salientou.

Para Luísa Damião, Kenneth Kaunda foi um pan-africanista e um estadista que abriu as portas da Zâmbia aos movimentos de libertação nacional para a luta contra o colonialismo e o apartheid na África do Sul. Kenneth Kaunda morreu aos 97 anos de idade, após ter sido hospitalizado no Centro Médico Maina Soko, para tratamento de uma pneumonia. Governou a Zâmbia desde a independência, em 1964, até 1991. (JA)++++

Namíbia pesquisa áreas de investimento em Malanje

O embaixador da Namíbia em Angola, Patrick Nandango, em visita a província de Malanje desde ontem, (20), disse ser de interesse do seu país investir naquela região de Angola, com inúmeras potencialidades no domínio agro-pecuário.

O diplomata disse no encontro com o governador Norberto dos Santos "kwata Kanawa", que a Namíbia está interessada em investir nos domínios da agricultura, turismo e mineração, para além de outros sectores a serem identificados pelo empresariado daquele país vizinho.

Por sua vez, o governador de Malanje, depois de recordar a trajectória política e histórica que liga os dois povos, disse que a província dispõe de enormes potencialidades, com destaque para o sector agro-pecuário, pelo que "as portas vão se manter abertas para todos que manifestarem o interesse de investir na região".

Em Malanje, a delegação Namibiana vai visitar unidades de produção, locais turísticos e históricos, bem como encontros com o comandante provincial da polícia nacional, director dos serviços prisionais e emigração. (JA)++++

País refina 60 mil barris/dia

A capacidade actual de refinação de derivados do país ronda os 60 mil barris de petróleo por dia ante a média de 1,2 milhões de barris produzidos e que acabam por ser exportados para retornar novamente com um custo anual de importações que chega aos 4 mil milhões de dólares, segundo dados do director executivo da empresa Petroangola.

Patrício Quingongo, que realizou um webinar, sábado último, disse que esta quantidade produzida internamente é insuficiente para garantir o desenvolvimento económico do país, o que valoriza, assim, a decisão do Governo de apostar nas reformas das refinarias de Luanda e do Lobito e a construção de uma nova em Cabinda e no Soyo.

Na sua análise às estatísticas da actividade petrolífera em Angola em 2020, Patrício Quingongo disse ser importante o surgimento de refinarias, para permitir ao Estado menos gastos com importação, quando comprados aos actuais volumes, na sua perspectiva bastante avultados.

"Se até 2025, as refinarias do Lobito (Benguela), Soyo (Zaire) e Cabinda estiverem construídas, e a Refinaria de Luanda totalmente reabilitada, Angola terá uma capacidade de refinação significativa", admite o especialista.

Conforme exemplifica, com o total funcionamento das refinarias, a capacidade interna poderá aumentar próximo dos 500 mil barris de petróleo por dia. No caso, a Refinaria do Lobito irá representar cerca de 47 por cento (235 mil); Soyo ficará com 24 por cento (entre 110 e 120 mil); Cabinda assume 14 por cento (70 mil) daquilo que se pretende do combustível produzido no país.

"Com todas as refinarias em funcionamento vamos dar um pulo qualitativo, que é sair de uma capacidade de processamento actual de apenas 60 mil barris de petróleo por dia, e dar um pulo para muito próximo dos 500 mil barris de petróleo por dia, processado nas refinarias do país", reconheceu o director executivo da empresa Petroangola, Patrício Quingongo.

Em termos de receitas, Angola, de ano em ano, perde todos os dias cerca de dois milhões de dólares, resultante da baixa da produção petrolífera. Segundo Patrício Quingongo, cumulativamente, este pode, de dois em dois anos, chegar aos sete milhões de barris por dia, significando que o valor de perda da produção, em média ronda cerca de 205 mil barris de petróleo por dia.

Para recuperar estas perdas nas receitas, realçou no webinar, é necessário que se dê prioridade ao relançamento da actividade petrolífera com novos campos de produção em funcionamento, tal como está a decorrer, neste momento. (JA)++++

INAC quer redução do preço dos livros para as crianças

O Instituto Nacional da Criança (INAC) pretende trabalhar para a diminuição do preço dos livros infantis e para a promoção daqueles que fazem uma literatura virada para à criança, disse ontem, em Luanda, o director da instituição.

Paulo Kalesi, que falava na Fundação Arte e Cultura, na abertura dos Ciclos de Leituras, inseridos nas actividades da Jornadas da Criança, que tem como lema "Municipalização da Acção Social para a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança", frisou que o evento tem a duração de um ano e visa incentivar o gosto e a importância da leitura a nível de todo o país.

O responsável sublinhou que a instituição que dirige pretende, em parceria com outras, trabalhar para tornar os preços dos livros infantis mais baratos e acessíveis e, junto do Ministério da Educação, promover nas escolas a leitura dos livros didácticos e infantis.

Paulo Kalesi disse que se está a fazer um trabalho de cadastramento, de maneira a saber-se quantos escritores de obras infantis o país tem, em que condições vivem, de maneira a se prestar uma maior e melhor atenção.

Por seu lado, A directora da Fundação Arte e Cultura, Naama Margalit, disse ser uma alegria poder abrir as portas para que o INAC dê início à abertura dos Ciclos de Leitura, pois tem na instituição um parceiro de anos.

Naama Margalit acrescentou que, como fundação que abarca arte, lazer dança e cultura, tem vindo a realizar um programa de leitura, que ocorre todos os meses, no qual se cultiva o gosto pela leitura e ajuda a desenvolver o imaginário da criança.

A abertura dos Ciclos de Leituras contou com a presença da Secretária de Estado para a Família e Promoção da Mulher, Elsa Barber, que, junto das crianças, interagiu e fez leitura de livros infantis. (J.A)++++

Jornal Cultura volta às bancas nos 45 anos da Edições Novembro

O jornal angolano de artes e letras "Cultura", publicação da empresa Edições Novembro, voltou ao mercado depois de um ano de suspensão devido à pandemia da Covid-19.

O acto de relançamento realizou-se ontem com a animação musical da Orquestra Sinfónica Camunga, durante o programa radiofónico "Conversa à Sombra da Mulemba", da Rádio Mais, coordenado por Raimundo Salvador. Foi marcado pela entrega de um diploma de reconhecimento e o prémio "Mulemba Cidadania 2020" ao jornalista Rui Ramos.

Numa cerimónia que contou com as presenças do ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Manuel Homem, do ministro da Cultura, Turismo e Ambiente, Jomo Fortunato e dos membros conselho de administração da Edições Novembro, foi destacada a importância do jornalismo cultural e reforçada a intenção da empresa em levantar esta bandeira.

O presidente do Conselho de Administração, Drumond Jaime, afirmou que o relançamento do Jornal Cultura marca o início das comemorações dos 45 anos da Edições Novembro e pretende ser uma aposta do jornalismo de especialidade. Drumond Jaime sublinhou a necessidade de se dar o devido tratamento às questões ligadas à ancestralidade.

O ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social declarou que a cultura fortalece a Nação e destacou a necessidade de um jornalismo cultural mais dinâmico.

Depois de apreciar a execução Muxima, louvou a iniciativa do projecto Camunga e reconheceu que a orquestra esteve afinada. Revelou que a comunicação pública tem em carteira outros projectos dedicados à cultura.

O titular do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, Jomo Fortunato cingiu-se na relevância na especialização do jornalismo cultural e mostrou estar atento nos vários projectos

do sector que tutela. Recorreu ao histórico do Jornal de Angola no tratamento de assuntos culturais, destacando o Suplemento Vida e Cultura e Américo Gonçalves como principais referências do jornalismo cultural.

Gaspar Micolo, coordenador da publicação ontem relançada, defende que o jornal será eclético e serão exploradas as várias vertentes artístico-culturais. Admitiu que o desafio não é fácil, mas garante um jornalismo cultural de qualidade.

Dos convidados o poeta, Lopito Feijoó também falou do Vida e Cultura e fez um recuo da fase anterior do Jornal Cultura, onde foi colaborador, tendo manifestado vontade de continuar. Acrescentou que a história do jornalismo angolano não pode estar dissociada da literatura.

Rui Ramos, o grande homenageado, falou do seu envolvimento na implementação de 134 bibliotecas comunitárias, com o projecto "Um livro, uma criança e várias leituras", iniciado em 2009. Tem uma relação de dois anos com a Orquestra Sinfónica Camunga, depois de tomar conhecimento do projecto social que se encontrava em dificuldades. Na altura, o maestro Camunga não conseguia manter o projecto que hoje tem mais de 450 crianças e cinco réplicas.

Rui Ramos e a Orquestra Sinfónica Camunga contarão com o apoio da Edições Novembro e parceiros nos vários projectos. O jornal retoma com 32 páginas. Este número tem na capa uma entrevista com o ministro Jomo Fortunato e traz uma abordagem sobre música com Paulo Flores, Yuri da Cunha, Pascoal Mussungu e Vladimiro Gongu, entre outros temas.

Agradecimentos à direcção da ENSA

A direcção da Edições Novembro agradeceu ao Conselho de Administração da ENSA pelo apoio na realização, ontem, da cerimónia de apresentação do jornal "Cultura", que ressurgiu depois de mais de um ano de interregno.

O agradecimento foi feito pelo PCA da Edições Novembro, Drumond Jaime, durante o evento transmitido no programa "Conversa à Sombra da Mulemba", da Bluemedia, na Rádio Mais. A

ENSA cedeu a sua casa de passagem, no bairro da Samba, onde decorreu a actividade, que contou com a presença dos ministros Manuel Homem (Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social) e Jomo Fortunato (Cultura, Turismo e Ambiente), além do secretário de Estado para a Comunicação Social, Nuno Caldas Albino.

Na presença de PCAs de empresas de Comunicação Social públicos, Drumond Jaime destacou, o apoio da seguradora nacional aos talentos nas artes plásticas, com a organização do concurso "Prémio ENSA Arte", um motor relevante para a dinamização da arte contemporânea nacional.

A aposta tem valido à ENSA vários reconhecimentos nacionais e internacionais, como a atribuição do Leão de Ouro na Bienal de Veneza. Líder do mercado dos seguros em Angola, a ENSA tem aliado experiência e modernidade para superar os desafios. (JA)++++